Falácias acadêmicas, 14: o mito do colonialismo como causador de subdesenvolvimento

Paulo Roberto de Almeida

Resumo: Discussão sobre o papel do colonialismo no desenvolvimento das sociedades dominadas, contestando a visão politicamente correta desse processo como causador de subdesenvolvimento ou indutor de bloqueios nos avanços econômicos e sociais. Análise histórica do fenômeno, com argumentos ponderados sobre a incorporação de sociedades menos avançadas aos grandes intercâmbios globais permitidos pelo estabelecimento de vínculos de “dependência”, hoje integrados ao processo de globalização capitalista.

Palavras-chave: Colonialismo, capitalismo, imperialismo, subdesenvolvimento.

1. Introdução: uma inversão parcial na metodologia das falácias

Antes mesmo de expor a falácia, e os “argumentos” que a apóiam, peço licença a meus (poucos) leitores para inverter meus procedimentos habituais e explicitar aqui, desde já, minha refutação: não, o colonialismo não produziu subdesenvolvimento. Ao contrário, ele promoveu o desenvolvimento dos povos submetidos a esse “fenômeno”, facilitou sua modernização socioeconômica e acelerou a inserção internacional dos países e regiões outrora incorporados à economia mundial através do processo de dominação colonialista.

(Um alerta preventivo, rápido, mas necessário: não, este texto não pretende oferecer um elogio do colonialismo, não acredita que ele tenha sido um “fenômeno” positivo na história da humanidade, não pretende desculpar os colonialistas por todos os malfeitos e sofrimentos incorridos pelos povos colonizados e não quer, tampouco, apresentar uma visão rósea dos processos reais; ele apenas pretende fazer uma leitura histórica realista,

talvez “revisionista”, desse fenômeno tão equivocadamente avaliado na literatura corrente, estabelecendo um balanço que acredito mais conforme ao que efetivamente se passou, e tentando efetuar uma avaliação tão honesta quanto possível sobre o papel efetivo do colonialismo no destino ulterior dos povos e nações submetidos pelos impérios mais conhecidos.)

Desculpo-me desde logo pela inversão metodológica desta peça numa série dedicada às falácias acadêmicas mais comuns – cuja lista e remissão às demais se encontra neste link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html> – mas é que as evidências a favor desta postura (apenas levemente “revisionista”) são tão evidentes, se arrisco a redundância, que me parece quase uma inutilidade ter de desmentir, de modo explícito, um dos mitos mais arraigados do pensamento acadêmico, de maneira geral, e anticolonialista em particular. O mito que pretendo desmontar, aparentemente “progressista”, é amplamente disseminado na comunidade universitária, com forte ênfase,

obviamente, no chamado Terceiro Mundo (cuja morte acaba de ser “decretada” pelo presidente do Banco Mundial, mas que já era desprovido de qualquer significado prático há muito tempo, talvez desde sempre).

Muito bem: voltemos agora ao perfil usual desta série, expondo inicialmente, e de boa fé, os argumentos falaciosos que pretendemos dismantelar na sequência, como também é o hábito desta série, aliás, sua *raison d'être*. Não vou remeter a um autor especial ou me referir a uma citação específica, já que são muitos os que professam a crença nas características absolutamente perversas do colonialismo, como sendo ele o responsável pelo subdesenvolvimento atual de tantos países ditos periféricos ou dependentes. Segundo a concepção geral dos defensores da falácia, o colonialismo possui todos os vícios – geralmente associados ao capitalismo, não é preciso dizer – e nenhuma “virtude”, se por este conceito entendemos uma contribuição benéfica aos próprios povos colonizados: ele estaria no centro da condição atual das nações pobres.

Ainda inicialmente, como todas as normas editoriais das revistas acadêmicas exigem bibliografia e “marco teórico” – sim, também tenho uma falácia sobre essa típica perversidade acadêmica – vou me contentar com algumas poucas referências.

Começando pelas abordagens de amplo espectro histórico, recomendo, a todos aqueles que pretendem adquirir algum conhecimento sobre a história econômica mundial e o desenvolvimento comparado dos povos e civilizações, a leitura das seguintes obras de síntese geral: Jared Diamond, *Armas, Germes e Aço* (diversas edições em inglês; também disponível, mas

mais caro, em português); David Landes: *A Riqueza e a Pobreza das Nações* (idem); Rondo Cameron, *A Concise Economic History of the World* (várias edições; ao que eu saiba, jamais traduzido e publicado no Brasil, mas disponível em espanhol); Alan Beattie, *False Economy: A Surprising Economic History of the World* (idem). Informações editoriais ao final.

Saindo do genérico para o particular, permito-me remeter agora a alguns autores que se ocuparam dos impérios mais conhecidos e também do colonialismo, embora com finalidades diversas. Um dos historiadores britânicos mais prolíficos da atualidade é Niall Ferguson, que tem dois livros especialmente indicados para quem pretende ter uma visão mais equilibrada sobre os maiores impérios da era contemporânea: *Empire*, sobre o de sua pátria de origem, e *Colossus*, sobre sua terra de adoção (na Columbia University). Posso citar também o economista indiano Deepak Lal, já autor de um excelente livro sobre a “pobreza da economia do desenvolvimento” – criticando certos economistas desenvolvimentistas por inconsistências elementares no raciocínio econômico – e que comparece com um provocativo *In Praise of Empires* (2004).

Indispensável, também, citar o decano ou patrono de todos eles, o húngaro naturalizado britânico Peter Bauer, um dos raros economistas que conheceu por dentro o funcionamento do sistema colonial no momento da descolonização, e que recomendou vivamente que não se iniciasse um programa de ajuda oficial ao desenvolvimento nos moldes assistencialistas que se desenhavam; mas que, ao contrário, se procurasse integrar as futuras nações independentes na economia internacional pela via do

comércio e da especialização produtiva. Bauer é o autor de livros desmistificadores sobre o colonialismo e a economia do desenvolvimento (não daquela desmantelada por Lal; a séria, que, aliás, em nada se distingue da economia “normal”); cito apenas três: antes mesmo de iniciado o processo de descolonização ele publicava um livro com recomendações específicas sobre a integração das colônias no sistema econômico mundial, *Economic Analysis and Policy in Underdeveloped Countries* (1957); uma síntese de suas críticas ao planejamento centralizado como resposta aos problemas dos países em desenvolvimento pode ser encontrado em *Dissent on Development* (1971); finalmente, em *Equality, the Third World, and Economic Delusion* (1981), ele repassa todos os erros cometidos pela ajuda externa como solução milagre à pobreza e à desigualdade nesses países.

Indo agora para a bibliografia falaciosa, creio que um autor em especial, muito utilizado no Brasil, poderia sintetizar toda uma comunidade de pretensos acadêmicos anticolonialistas, valendo a designação para todos aqueles que partilham um conjunto básico de premissas (equivocadas, por certo) que pretendem que o colonialismo atrasou o desenvolvimento dos países vítimas da conquista e dominação, criando o que alguns autores – entre eles Celso Furtado – chamam de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O representante típico, em nível de vulgarização – no bom sentido da palavra – dessa tendência, é o uruguaio Eduardo Galeano, jornalista demagogo que passa por historiador e antropólogo, seguido de perto por esse monumento do anti-imperialismo acadêmico que se chama Noam Chomsky. Os dois são, como não poderia deixar de ser, caricaturais e seria constrangedor, num

ensaio com pretensões acadêmicas como este, sequer pretender citá-los expressamente; eu o faço de maneira genérica, por duas razões muito simples: conheço as obras de ambos e também sei que elas são, inacreditavelmente, recomendadas, adotadas, seguidas religiosamente por legiões de professores universitários, por esse continente afora; os dois, aliás, se beneficiam de *copyrights* ultracapitalistas graças aos anticapitalistas...

Existem, é claro, versões elegantes e refinadas, e também intelectualmente mais consistentes, dessa “teoria do colonialismo subdesenvolvedor”; elas estão representadas por nomes como André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein (na vertente do capitalismo enquanto sistema-mundo), além de outros, mais vinculados ao “capitalismo periférico”, como Raul Prebisch, Celso Furtado e (bem abaixo, no plano intelectual) Theotonio dos Santos, sem esquecer o “marxismo neoliberal” (*avant la lettre*) da tão dispensável quanto inútil “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso, que não é bem uma teoria e muito menos da dependência. Com a possível exceção deste último autor, todos os demais se encontram na “teoria do colonialismo” como produtor de subdesenvolvimento estrutural e irremediável. Vejamos agora a teoria mais de perto.

2. O cerne da teoria do colonialismo: o que dizem os proponentes do mito?

O que têm a dizer todos esses “pensadores” e acadêmicos? Serei obrigado a sintetizar uma vasta literatura compulsada ao longo de anos; os leitores não têm a obrigação de acreditar em mim, por isso podem ir a algumas das fontes citadas. Mas existem também muitos autores estrangeiros com os quais “trabalhei” durante muito

tempo. Essencialmente, as teses tendem a afirmar as “realidades” seguintes.

O mundo, tal como o conhecemos desde o início da era moderna (e mesmo antes), é feito de muitas sociedades, todas desiguais nos níveis de desenvolvimento socioeconômico, diferenciadas em sua relação com os recursos naturais e dotações adquiridas, diversas em disponibilidade de insumos e energia e, sobretudo, em meios técnicos de apropriação desses recursos e sua transformação produtiva, eventualmente em mercadorias capazes de competir internacionalmente. Isso é elementar e não tem tanto a ver com o fenômeno do colonialismo; mas forma a base a partir da qual certas sociedades vão conseguir dominar sobre outras, menos dotadas tecnologicamente.

Esse mundo, acreditam os partidários da “teoria”, é dividido em “centro” e “periferia” – na verdade, qualquer coisa, a partir de uma mesa redonda, por exemplo, pode ser dividida em centro e periferia – sendo que as economias mais avançadas se colocam no centro de um sistema de dominação, de exploração e de extração de recursos das economias “periféricas”, submetendo e subordinando essas economias e sociedades menos avançadas tecnologicamente e que, por isso mesmo, são militarmente mais débeis. Historicamente, esse fenômeno assumiu as formas do imperialismo e do colonialismo, dois processos diferentes na forma e na motivação, mas que muito frequentemente estiveram associados nos mesmos movimentos e ambos concorreram para conformar o mundo tal como o conhecemos hoje (aliás, nos últimos cinco séculos): um núcleo reduzido de impérios coloniais e de potências imperiais, marcado quase exclusivamente pela dominação européia sobre milhões de pessoas,

centenas de povos dispersos nas periferias colonizadas, praticamente todos os países que hoje constituem o que passou a ser conhecido como Terceiro Mundo.

A parte crucial da “teoria do colonialismo” segue estas linhas: esses povos, estruturados segundo princípios econômicos não capitalistas – eventualmente pré-capitalistas, ou pertencentes a outros “modos de produção, “insuficientemente” capitalistas – tiveram o seu desenvolvimento autônomo interrompido e bloqueado pela invasão – frequentemente brutal e com imensos sacrifícios humanos – e ulterior dominação das potências capitalistas da época (portuguesa, espanhola, francesa, holandesa, inglesa ou britânica, episodicamente belga ou alemã, etc.), situação que impediu e cerceou completamente suas possibilidades de desenvolvimento e de transformação soberana. O regime colonial instalado de maneira mais ou menos completa segundo as experiências históricas concretas – indo da sujeição mais brutal, nos exemplos ibéricos, até o *indirect rule* de algumas modalidades britânicas – não apenas desestruturou integralmente as sociedades assim submetidas, como deformou de modo indelével os sistemas econômicos e seus circuitos produtivos, constituindo, em quase todos eles, sistemas de plantação ou de extração primária inteiramente voltados para os mercados externos, situação que persistiu até a atualidade.

Essa extroversão das sociedades colonizadas marcou profundamente sua incorporação à modernização capitalista, determinando uma situação de dependência estrutural que as converteu em simples abastecedoras das economias centrais e inteiramente subordinadas a elas, no que respeita

mercados, circuitos mercantis e fluxos de capitais (financiamentos ou investimentos). A transferência de capitais – principalmente sob as formas de investimentos diretos e empréstimos soberanos – aprofundou os laços de dependência e amarrou, de maneira profunda, as economias periféricas às centrais, criando fluxos de transferência negativa de renda – pelo “intercâmbio desigual”, remessas de lucros, pagamentos de royalties, serviço da dívida, etc. – que aprofundaram a drenagem de recursos reais dessas sociedades, agora “neocolonizadas”, em benefício das potências imperiais.

Existem, obviamente, variantes históricas específicas nessa descrição genérica do fenômeno colonizador, ou colonialista, assim como há análises mais sofisticadas desse processo, colocando em evidência os laços de dependência recíproca, ou de interação mutuamente benéfica entre as economias avançadas e as ditas “subdesenvolvidas”. Mas o essencial da teoria pode ser assim resumido: o colonialismo foi nefasto e prejudicial, em todas as circunstâncias, para as sociedades dominadas; ele atrasou, retrocedeu, inviabilizou seu desenvolvimento econômico autônomo, condenou-as a uma situação, ou mesmo condição, de dependência estrutural, e preservou os laços de subordinação assimétrica mesmo depois de adquirida a independência ou obtida a conquista gradual da autonomia política (que não mudou muito a situação efetiva no terreno econômico). Em última instância, o colonialismo é responsável pelo subdesenvolvimento de tantos povos do Terceiro Mundo e pela sua situação marginal na economia mundial contemporânea.

Esta é a apresentação do que eu considero ser uma completa falácia, mas

que passa por verdade histórica em vários manuais de história utilizados nas academias.

3. Restabelecendo a balança e corrigindo os equívocos históricos

Os mitos em torno do colonialismo como obstrutor do desenvolvimento e, de fato, como “produtor” de subdesenvolvimento são tão amplamente aceitos e tão disseminados na academia – como resultado de anos de orientação politicamente correta, ou seja, “progressista” e anti-imperialista, dos estudos nessa área – que resulta ser tarefa pouco prática desmantelá-los em texto tão curto quanto este. Começamos, contudo, por observar que vários países muito pobres da atualidade nunca foram colonizados, no sentido explícito da experiência, pelo menos não por potências imperialistas e capitalistas como vulgarmente se crê. O Tibete e o Nepal, por exemplo, jamais conheceram a “exploração capitalista”, da mesma forma como o Afeganistão, que sempre combateu pelas armas quaisquer “invasores imperialistas”.

Por outro lado, países muito ricos, hoje, começaram como colônias, como os Estados Unidos e a Austrália, para nada dizer de Hong Kong, uma colônia inglesa que agora é uma colônia... chinesa (e uma das “cidades-Estado”, junto com Cingapura, mais avançadas e ricas que se pode conceber). Outros países se desenvolveram tremendamente, sem jamais terem explorado qualquer colônia, como os escandinavos, ou a Suíça. Um outro país foi criado exatamente para ser uma nação independente desde a origem, a Libéria, que não é exatamente um modelo de desenvolvimento (e não por culpa dos americanos, que a criaram e proveram ajuda em diversas formas). Quanto a Cuba, por exemplo, que foi “colônia informal” americana durante

sessenta anos, conservou, nos últimos 50 anos a mais completa independência do império, tendo conhecido um processo de subdesenvolvimento raramente visto na América Latina: do segundo posto na classificação dos indicadores sociais, caiu para vigésimo ou algo assim; por outro lado, se a exploração imperialista fosse sinônimo de subdesenvolvimento, não se compreende porque os dirigentes cubanos reclamam tanto do embargo americano: deveria ser um fator de progresso e de crescimento autônomo, não o contrário. Não vamos tratar aqui da completa falta de autonomia econômica efetiva de Cuba: depois de escapar por meios próprios da “dependência” do império americano, ela se submeteu, voluntariamente, à tutela da finada União Soviética, pesadamente subsidiada que foi, durante largos anos, em troca de favores militares e de inteligência na América Latina e na África; atualmente, se não fosse pelos generosos subsídios do caudilho venezuelano, a ilha do socialismo autocrático provavelmente já teria sucumbido à crise terminal de todos os socialismos.

Mas começemos do... começo. Parece totalmente anacrônico, e bastante inconsistente, no plano analítico e conceitual, atribuir efeitos exclusivamente perversos à experiência histórica do colonialismo europeu dos últimos cinco séculos, quando se sabe que o fenômeno colonialista é tão velho quanto... a Bíblia, ou melhor, quanto os tempos bíblicos. Colonizados foram os judeus, os egípcios, os acádios e praticamente todos os povos da antiguidade clássica, sem excluir os imperialistas persas, mais tarde derrotados pelos mongóis e devidamente colonizados (como os próprios chineses Han, por sinal, pelos mesmos mongóis e, depois, pelos

Manchus). Os hindus, civilização tão milenar quanto a dos chineses, sofreram várias ondas de colonização, tendo a dos invasores Mogóis (islâmicos) precedido a conquista pelos britânicos da Companhia das Índias Orientais, que depois entregaram todo o país ao soberano de seu reino de origem. Os chineses, por sua vez, submeteram e mantiveram sob a tutela do Império do Meio vários povos das cercanias, entre eles os tibetanos, os vietnamitas e os coreanos, sendo os japoneses considerados um povo semibárbaro que deveria lhes prestar subordinação política e pagar tributos; os próprios chineses foram humilhados, alguns séculos mais tarde, pelos mesmos europeus “atrasados” que eram repudiados até a metade do império Qing (1640-1911), assim como foram terrivelmente atacados pelos japoneses militaristas, que perpetraram as piores barbaridades durante boa parte do caótico período da república “capitalista” (1911-1949). Não se poderia explicar o sucesso, desde o início do século 20, de uma cidade internacionalizada como Xangai se não fosse pelas invasões sucessivas às guerras do ópio (1839-1842) e a implantação de inúmeras colônias estrangeiras na cidade; atualmente, se trata, certamente, da cidade mais internacionalizada e mais avançada da China ainda formalmente comunista (mas economicamente capitalista),¹ retomando seu antigo papel de centro financeiro.

Resumindo, não existe nada de especificamente ocidental no fenômeno

¹ Ver o ensaio imediatamente anterior desta série: “Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China”, *Espaço Acadêmico* (ano 9, n. 101, outubro 2009, p. 41-50; link: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8295/4691>).

do colonialismo, sistema amplamente praticado na própria América pré-colombiana, inclusive com requintes de crueldade, como no caso dos astecas, ou num sistema próximo ao da escravidão, como praticado pelos incas. Guerras para captura de escravos, conquista de mulheres, aumento de territórios, saque de riquezas, conversão forçada e barbaridades diversas são práticas tão disseminadas quanto a existência de filósofos pregando a harmonia universal e a solidariedade entre os homens. Tribos árabes e povos muçulmanos, por exemplo, imperialistas por excelência e por vocação (já que praticando a conversão forçada como a Igreja católica em seu tempo), sempre trataram os povos submetidos como inferiores socialmente, sujeitos ao pagamento de tributos e à denegação dos direitos mais elementares, práticas muito diferentes dos romanos “imperialistas”, que acolhiam como cidadãos bárbaros submetidos, tendo alguns deles chegado a ocupar postos de generais e mesmo de imperadores. Os gregos, que mantiveram oficialmente colônias no Mediterrâneo – como os fenícios, por sinal – foram por sua vez conquistados pelos macedônios e “escravizados” pelos romanos, a quem eles ensinaram as boas maneiras e a boa ciência que eles detinham, e nas quais se conservaram superiores mesmo em regime de completa submissão.

Resulta, pois, totalmente equivocado e anacrônico isolar os colonialismos ibéricos e os europeus, de modo geral, como se eles representassem algo de historicamente inédito ou de mais destruidor de culturas alheias do que os poucos exemplos aqui citados, dentre centenas de outros que se sucederam desde a revolução agrícola da pré-história. Os europeus conquistaram, sim, quase todos os povos nos continentes ao sul da Eurásia, assim

como em várias outras regiões que por acaso representassem quaisquer oportunidades de ganhos comerciais ou de extração de riquezas; mas assim também o fizeram, absolutamente, todos os demais povos que estavam em condições militares e tecnológicas de submeter outras nações porventura oferecendo tais possibilidades de “ganhos”. O colonialismo é um fenômeno trans-histórico, diacrônico e praticamente universal. Os “europeus” foram, aliás, “colonizados” pelos bárbaros das estepes centrais, antes de se constituírem como sociedades nacionais e de passarem eles mesmos à ação. O nome escravo, por sinal, vem de eslavos, os povos da Europa oriental que durante muito tempo forneceram “mão-de-obra” para os impérios estabelecidos na Eurásia.

4. A Cesar o que é de Cesar: o Haiti precocemente independente, e atrasado...

Toda a ideologia anti-colonialista tem a ver, no entanto, com o destino e a trajetória atual dos povos do Terceiro Mundo, cuja pobreza, desigualdade e outras iniquidades sociais são todas debitadas na conta do colonialismo europeu dos últimos cinco séculos. Nada de mais equivocado e até impossível de ser sustentado, a partir de um exame mais adequado da evolução desses povos desde o início dos processos colonizadores e, sobretudo, depois que ele deixou formalmente de existir (sim, sei que vários “analistas” progressistas atribuem a persistência daqueles mesmos traços ao “neocolonialismo”, mas os argumentos são também tão tênues quanto inconsistentes).

Um exemplo recente – o do terremoto no Haiti e a mobilização internacional em torno dos sofrimentos desse povo já tão sofrido – pode ilustrar não apenas os

equivocos da “teoria do colonialismo” como a absoluta má fé de muitos acadêmicos partidários dessa “doutrina”. Inúmeros artigos de opinião não deixaram de assinalar a pobreza absoluta do país mais pobre da América Latina, assinalando como “causa” a situação “neocolonial” do Haiti, que teria sido “vítima” da Guerra Fria, ao ter tido, durante longos anos, um ditador protegido pelo Império apenas por ter se colocado do lado “certo” na fase de confrontação global entre os dois sistemas. O simplismo foi tão cansativamente repetido nos meios de comunicação do Brasil, que vale uma pequena reconstituição histórica, para restabelecer a verdade dos fatos.

Em 1789, o Haiti, conhecido então como Saint-Domingue, era um dos lugares mais ricos do mundo, e dos mais desiguais: uma minoria de plantadores franceses e seus auxiliares mulatos comandavam algumas centenas de milhares de escravos negros, produzindo 60% do café mundial e 40% do açúcar importado pela França e pela Inglaterra. O valor da produção unitária por trabalhador era superior à dos Estados Unidos de então (a análise é de Engerman e Sokoloff; ver bibliografia). A revolução dos escravos negros de 1791-1804 massacrou ou expulsou os senhores brancos, mas os mulatos e seus descendentes ocuparam o lugar deles. A história do Haiti, desde então, foi uma sucessão de lutas, golpes, revoluções e quarteladas entre os dois grupos: os mulatos dominaram a maior parte do tempo, criando escolas para mulatos, mas nenhuma para negros. Desde a segunda metade do século 19 navios armados americanos visitavam regularmente o Haiti para “proteger cidadãos e propriedades de americanos na ilha”; eles o fizeram várias vezes de 1857 a 1892 e todos os anos a partir de 1902, com exceção de 1910; cansados

das visitas anuais, os americanos ocuparam o Haiti de 1915 a 1934, ano no qual os haitianos, agastados, por sua vez, com a ocupação “colonial”, expulsaram-nos (Heinl, 1996). Um presidente negro, François Duvalier, depois conhecido como Papa Doc, ganhou as eleições em 1957, contra as lideranças mulatas tradicionais, e manteve-se no poder, com ou sem apoio americano, até 1971, sendo substituído à sua morte pelo filho, Baby Doc, até 1986. O Haiti já estava totalmente pronto para entrar no triste e conhecido roteiro dos “Estados falidos”, a despeito de décadas de assistência pública internacional, doações dos órgãos financeiros internacionais e assistência humanitária de ONGs: ele deve continuar a viver de esmolas externas pelo futuro previsível, sem que suas elites (que presumivelmente devem existir) se comovam com o fato (devem, aliás, aproveitar...).

Durante todo o período de alternância negra ou mulata no comando do país, a economia foi sendo inviabilizada não pela exploração capitalista – que tinha deixado algumas estruturas de produção vinculadas à economia mundial – mas pelo completo isolamento do Haiti das correntes de comércio e de investimento, por decisões e escolhas devidas unicamente a suas elites dirigentes; a má educação do povo fez a sua parte, no sentido da degradação ambiental quase completa, ao ponto de praticamente inviabilizar qualquer atividade agrícola ou de produção mercantil, que ainda chegaram a representar fontes de riqueza quando a nação esteve mais intensamente vinculada aos Estados Unidos (como no caso de Cuba, aliás, que retrocedeu do ponto de vista econômico, ao se desvincular do império). Atribuir ao “colonialismo” capitalista, portanto, o atraso de sociedades do Terceiro Mundo

não representa apenas uma deformação da história real, como uma mistificação completa no caso do Haiti, a primeira colônia independente na América Latina e a mais consistentemente “subdesenvolvida” pela ação de suas próprias elites e dirigentes políticos.

5. Perguntas curtas, respostas breves sobre a “modernização colonialista”

A questão da responsabilidade do colonialismo na situação de pobreza contemporânea de nações da atualidade é certamente complexa, pois estamos em face de povos diversos, de civilizações antigas, de sociedades sofisticadas, de tribos pré-históricas, enfim, de todo tipo de situação e de condições de “exploração”, contextos enfrentados pelos europeus de modos bastante variados, com sucessos diferenciados segundo os casos. Poderíamos tentar resumir o problema em algumas perguntas-síntese, como as que formulo abaixo. As dimensões necessariamente breves deste ensaio não permitem responder em detalhe cada uma das questões, para o que remeto os interessados aos livros já citados como referência de apoio ao aprofundamento do problema. Mas tentarei oferecer respostas curtas a cada uma delas, apontando contra-exemplos de como a literatura anti-colonialista tradicional peca por vieses inadmissíveis, num trabalho de investigação histórica e sociológica bem conduzido, e de como certa “economia do desenvolvimento” deforma e retarda ainda mais as possibilidades de recuperação do “tempo perdido” – *catch-up*, ou *rattrapage* – dos povos do chamado Terceiro Mundo. Vamos às questões.

(1) *Estavam os povos submetidos em evolução para etapas superiores de organização social, política e econômica, quando foram brutalmente “interrompidos” pelos europeus?*

Não exatamente, embora alguns deles pudessem, efetivamente, efetuar uma lenta evolução em direção de tecnologias superiores nos terrenos produtivo ou militar, como argumenta Jared Diamond; mas essa trajetória poderia levar décadas, e mais provavelmente séculos. Todos os povos submetidos, com a exceção dos chineses e, parcialmente, dos indianos (um conglomerado de povos diversos), encontravam-se em etapas inferiores de desenvolvimento material, sem dispor de Estados organizados ou sequer de história escrita. Pode-se deplorar a invasão e a submissão, mas vários desses povos – como astecas e incas, por exemplo – já tinha praticado “imperialismo” e “colonização” sobre povos anteriores em suas regiões de atuação. A China já tinha estagnado econômica e tecnologicamente algum tempo antes de ser humilhada pelos ocidentais, que antes vinham humildemente pedir para fazer comércio com o Império do Meio, tendo sido arrogantemente rechaçados em diversas oportunidades. David Landes sintetiza bastante bem a inépcia de certos imperadores chineses que escolheram isolar o país das “influências externas” e com isso o condenaram ao atraso e à fraqueza. A China, aliás, foi bem mais humilhada, e esquarterada, pelo Japão militarista, uma “antiga dependência” do Império do Meio, do que pelos ocidentais.

(2) *Teriam eles alcançado patamares similares, ou semelhantes, de avanços materiais e culturais e de domínio sobre seus próprios instrumentos de dominação e de exploração sobre a natureza e os processos produtivos, se não tivessem sido assim “interrompidos?”*

Duvidoso que isso ocorresse, pelo menos no ritmo e com a intensidade

tecnológica conhecida pelo itinerário europeu de avanços científicos, logo transpostos para os terrenos industrial e militar. Processos históricos de desenvolvimento são sempre únicos e originais. Mas a disseminação de progressos materiais e culturais se dá, justamente, pela abertura, pela importação, pela cópia indiscriminada e pelo aproveitamento de avanços já logrados por outros povos e civilizações. Os europeus aprenderam um bocado com os chineses: são sempre citados a bússola, a pólvora, o papel e a impressão. Muitas outras invenções da tradição tecnológica chinesa foram avidamente buscadas pelos ocidentais, como a porcelana e a seda, por exemplo; eles depois aplicaram um pouco do que aprenderam na conquista da própria China, já então debilitada por elites ineptas e uma introversão fatal para suas pretensões de grande Estado autônomo e independente. Todos os demais povos colonizados não tinham condições de realizar um itinerário de desenvolvimento bem sucedido armados apenas de suas dotações próprias. Por mais que isto desagrade aos relativistas culturais, todos os avanços significativos da era contemporânea, inclusive aqueles que estão sendo atualmente alcançados por Estados em rápido processo de modernização como a China e a Índia, são o resultado da ciência e da tecnologia ocidentais, com aportes mínimos de outras culturas e civilizações. A crescente interdependência científica da pesquisa mundial deve alterar um quadro que, até aqui, foi dominado por nomes como Bacon, Galileu, Newton, Copérnico, Einstein e muitos outros. O avanço econômico dos emergentes pode até alterar a balança do poder material no mundo, mas é difícil imaginar um retrocesso cultural e científico dos

atuais países avançados ocidentais.

(3) O processo de colonização prejudicou, interrompeu, diminuiu as chances de progressos ulteriores, em função de um projeto deliberado de “retrocesso” desses povos a uma condição inferior?

A colonização certamente representou uma violência brutal contra muitos povos e civilizações, destruindo Estados e culturas, e submetendo sociedades inteiras à vontade unilateral de um punhado de estrangeiros dominadores, que passaram a extrair recursos e produtos das formações assim submetidas pelos meios os mais diversos, geralmente destruidores de antigos costumes e instituições. Mas pelo simples fato de que os colonialistas e imperialistas detinham, justamente, técnicas e instituições mais avançadas – que os habilitaram a dominar e a explorar, do contrário não poderiam fazê-lo – essa interação colocou os povos submetidos em contato com meios materiais e mecanismos próprios a um estágio superior de organização social e produtiva, inserindo-os – ainda que de maneira subordinada – numa rede de intercâmbios comerciais e de novos fluxos de fatores produtivos (entre eles, o mais precioso de todos, o capital intelectual) que, ao fim e ao cabo, os trouxeram à modernidade capitalista, tal como a conhecemos atualmente. A colonização pode não ter produzido, ela mesma, sociedades capazes de competir em igualdade de condições no cenário econômico internacional; mas colocou as bases dessa possibilidade, que não teria sido alcançada, ou o seria muito dificilmente na sua ausência. Na verdade, as únicas nações que retrocederam na busca do desenvolvimento e dos progressos materiais e sociais não foram aquelas que mantiveram seus vínculos com a

economia mundial, mas aquelas – muitas na África e no Oriente Médio, algumas na América Latina – que decidiram cortar esses laços de “subordinação” e de “dependência” e adotar uma via nacional própria de “desenvolvimento”. Os fracassos são tão evidentes (alguns tão presentes atualmente, em torno do Brasil) que resultaria patético retratar essas experiências fracassadas. No outro sentido, alguns exemplos já foram aqui citados, entre eles o de Hong Kong, uma colônia britânica e agora “chinesa”, cujo desempenho em termos de crescimento e de modernização já tinha ultrapassado vários indicadores da própria metrópole muito tempo antes da “descolonização” (que aliás nunca se realizou; por interesse da China comunista, foi preservada a autonomia econômica, aduaneira e financeira da vibrante “colônia”).

(4) Foram eles impedidos, depois, de retomar seus “projetos nacionais de desenvolvimento”, em função da “herança maldita” da colonização européia?

A pergunta é canhestra, e apenas formulada porque os ideólogos do anticolonialismo acreditam, e afirmam, que o neocolonialismo continuou a marcar a trajetória dessas sociedades em sua fase independente. A “herança maldita” seria, obviamente, constituída pelos circuitos de produção e comercialização de alguns poucos produtos primários, rigidamente preservados na era pós-colonial, e que dificultaram ou bloquearam os esforços de “industrialização autônoma” no período recente. A própria construção desses vínculos de exploração e de comercialização, que a literatura da área reputa totalmente negativa para os povos colonizados, e absolutamente feita em favor dos colonizadores, nem

sempre beneficiou estes últimos, de modo completo ou integral.

Um balanço honesto dos empreendimentos coloniais – muitos deles decididos mais por razões de prestígio político e exibição de poder mundial, do que por necessidade econômica fundamental – pode revelar, inclusive, um resultado negativo, como evidenciado nos estudos de Jacques Marseille sobre as aventuras coloniais da França (1989). Pesquisando o desempenho do capitalismo francês nas colônias “exploradas”, ele constata, finalmente, um balanço negativo no plano contábil e a manutenção de um capitalismo arcaico, vivendo de suas “reservas de mercado” e incapaz de competir no cenário internacional mais amplo. Na fase independente, as elites dirigentes construíram seus países da maneira que suas habilidades respectivas o permitiram. Cingapura, por exemplo, era pouco mais do que um entreposto comercial, com alguma guarnição militar, cercada de pântanos, quando os ingleses aceitaram sua independência e a cidade se tornou autônoma da Malásia, que tinha pretensões sobre esse ponto estratégico: em pouco mais de três décadas as elites chinesas construíram uma vibrante economia, atraindo a atenção dos líderes comunistas chineses, já impressionados pelos progressos de seus primos mais próximos de Hong Kong. Da mesma forma, depois de quatro décadas de colonização japonesa, os coreanos tinham, além de tudo, um país arrasado por uma das guerras mais terríveis da fase contemporânea: os dirigentes da parte meridional conseguiram, com doses maciças de educação, fazer do país uma das economias mais competitivas do planeta, colocando-o nos primeiros lugares em desempenho tecnológico e inovação industrial.

(5) *Continuam eles bloqueados em seu “desenvolvimento autônomo” em função dos “efeitos delongados” do colonialismo?*

Irrelevantes ambos os conceitos, já que, depois de quatro ou cinco décadas de descolonização, e 200 anos de vida independente na América Latina, esse bode expiatório não tem nenhuma responsabilidade sobre a situação atual e as perspectivas de desenvolvimento futuro de povos ainda atrasados. Os discursos de certos “líderes” da América Latina – certamente influenciados por idiotas como Galeano – atribuindo a culpa pelo atraso de seus países ao “imperialismo” – que seria um tipo de colonialismo moderno – são tão ridículos que sequer merecem qualquer desmentido acadêmico. A formação de recursos humanos – principal fator de desenvolvimento em qualquer sociedade – é uma tarefa que pode levar duas ou três gerações, mas é crucial para as chances de progresso econômico e social, tarefa que incumbe inteiramente às elites nacionais: sua responsabilidade nesse particular é total, e pretender responsabilizar o imperialismo pelo seu próprio fracasso não é apenas equivocado, e sim moralmente desonesto e politicamente abjeto. Ao que se sabe, aliás, as potências colonizadoras continuaram acolhendo os filhos da independência em suas universidades e formando recursos humanos em suas melhores escolas: o que os líderes dos países independentes não fizeram, inclusive os de velha independência como os da América Latina, foi criar uma escola de massas de qualidade para integrar no letramento e nas matemáticas elementares o grosso da população desprovida de recursos próprios para aceder às escolas dos “colonizadores”.

(6) *As antigas potências coloniais*

européias continuam a explorar e a extrair recursos de suas antigas colônias, dificultando ou impedindo, assim, seu desenvolvimento atual?

Não só as antigas metrópoles européias, mas também os novos imperialistas americanos e os novíssimos colonizadores chineses; todos eles continuam a extrair recursos dos países ditos em desenvolvimento. Mas isso está longe de constituir um obstáculo ao seu progresso material, ao seu crescimento econômico e ao seu avanço nos terrenos educacional ou social. Todos os países, inclusive alguns desenvolvidos, exploram suas dotações naturais e adquiridas, beneficiando-se daquilo que o velho David Ricardo chamou de “vantagens comparativas relativas”. Vários países do “clube dos ricos” são produtores e exportadores de matérias primas e de produtos agrícolas, sem que isso represente um fator de subdesenvolvimento ou atraso.

Aparentemente, o próprio Brasil atravessaria, atualmente, os fenômenos da “desindustrialização” – na verdade inexistente, mas agitado em função da perda de espaços dos manufaturados em sua pauta exportadora – e da crescente afirmação do agronegócio, um processo útil, bem-vindo e totalmente compatível com o seu perfil produtivo e suas vantagens naturais. O que o Brasil deve fazer não é recusar essa “vocação”, e sim qualificar cada vez mais seus setores produtivos vinculados à produção agrícola e à extração mineral, criando valor e inovando na transformação produtiva a partir daqueles setores em que ele é imbatível em termos de competitividade internacional. O agronegócio, longe de ser um fator de atraso como afirmam os ignaros econômicos do MST – militantes absolutamente equivocados no plano de qualquer racionalidade

instrumental –, constitui uma enorme vantagem econômica para o Brasil, necessitando mais incorporação de pesquisa científica e de melhorias tecnológicas para criar ainda mais riqueza para a sociedade nacional, trazer divisas para o país e inseri-lo mais profundamente nos circuitos da globalização capitalista, uma realidade negada pelos militantes daquele movimento regressista e reacionário. Vantagens comparativas e benefícios do livre comércio existem e funcionam, por mais que certos “economistas” pretendam desqualificar esses processos tão naturais quanto a lei da oferta e da procura.

6. Conclusão: o colonialismo como fator de progresso civilizatório

Não preciso retomar os argumentos anteriormente citados para recusar a falácia evidenciada neste ensaio: a dos efeitos prejudiciais, e até destruidores, do colonialismo para o desenvolvimento autônomo de tantos países e economias ditos em desenvolvimento, na terminologia politicamente correta dos funcionários desses órgãos inúteis que se ocupam do “desenvolvimento” dos países pobres. Como já demonstrado nos trabalhos de William Easterly (2002 e 2007), a assistência oficial ao desenvolvimento pode ter feito mais mal do que bem aos povos assim assistidos, e isso a despeito de toda a benevolência e “humanitarismo” das antigas potências coloniais e de suas numerosas ONGs assistencialistas.

O fato é que o colonialismo, pelas vias tortas que sempre são as da história, acabou unificando o mundo numa mesma economia global, sendo impedido de fazê-lo em algumas circunstâncias em função do comportamento político exclusivista, não do capitalismo, enquanto sistema impessoal, mas de líderes políticos

contaminados pela idéia de prestígio nacional ou de hegemonia militar. O capitalismo, em si mesmo, trouxe progressos materiais e benefícios sociais. Sempre e quando o capitalismo foi impedido de exercer suas virtudes naturais no sentido de apropriar-se de produtos e serviços em escala planetária, de disseminar suas mercadorias e, portanto, de facilitar a livre circulação dos fatores de produção – capital, bens, know-how e recursos humanos – as razões devem ser buscadas nas barreiras políticas artificialmente erigidas por governantes, não em virtude de suas limitações intrínsecas. O capitalismo pode até ser desigual em seus mecanismos alocativos e de apropriação, mas ao visar unicamente lucros e retornos ampliados, ele é absolutamente não discriminatório quanto às fontes desses insumos e serviços: ele não se importa com a cor das pessoas, sua religião, seu sistema político e suas crenças filosóficas, ele apenas deseja fabricar, vender e lucrar, se possível em todos os quadrantes da terra, do fundo da Amazônia ao deserto de Gobi, das estepes geladas da Sibéria, aos campos inóspitos de regiões tropicais, das cidades avançadas do Ocidente às mais humildes aldeias africanas. Enfim, tudo é motivo e oportunidade para sua expansão e sucesso econômico.

O colonialismo não tem tanto a ver com o capitalismo, quanto com as pretensões de acumulação de riqueza por parte de agentes políticos, já que o capitalismo faria pela via do comércio e do empreendimento produtivo o que o colonialismo faz pela via das armas e dos missionários. Eventualmente os interesses de ambos podem se encontrar conjugados, mas não se trata de uma relação causal ou unívoca em suas manifestações concretas, e sim de uma coincidência histórica temporária. No

fundo e na substância, o capitalismo dispensa o colonialismo, que é mais bem o atributo de Estados-nacionais com poderes políticos muito concentrados e desejosos de extrair riquezas pela via mais direta possível, que nem sempre é a mais eficiente ou a mais compatível com os interesses do capitalismo no longo prazo.

Os principais agentes “colonizadores” da modernidade capitalista são as empresas multinacionais, com seus celulares, seus sistemas on-line, suas possibilidades de comunicação instantânea, e até as velhas empresas “imperialistas”, como a Coca-Cola, algumas petroquímicas, várias farmacêuticas, casas bancárias seculares que se misturam a novas corporações surgidas do nada, ou melhor, de gênios da inovação e da competitividade, no que vai uma grande dose de especulação e até de esperteza. Essa colonização planetária pelos modernos representantes das velhas companhias de comércio e navegação, pelos sucessores de bandeirantes e pioneiros que penetravam em terras indevidadas pelo capital, deve continuar pelo futuro previsível, quando o colonialismo será apenas uma imagem distante nos livros de história, uma excrescência temporária na grande aventura humana da globalização.

Em última instância, aqueles que atribuem ao colonialismo o baixo, ou o não desenvolvimento de tantos países atrasados, ou subdesenvolvidos – uma expressão contraditória, pois que o desenvolvimento é um conceito relativo – estão cometendo uma falácia, pois ele sempre significa, de uma maneira ou de outra, geralmente de forma indireta, uma confrontação de capacidades diferenciadas entre dois povos e duas sociedades: por mais que a violência implícita ao processo possa trazer

custos temporários e sofrimentos no plano social, no longo prazo estamos falando de uma incorporação da parte subordinada a patamares mais elevados de apropriação da natureza e da manipulação econômica dos fatores de produção, processo que deve necessariamente resultar em crescimento da produtividade e melhoria dos padrões de vida. Uma espécie de “penitência” no caminho da modernidade: considerando-se o papel destrutivo de antigos impérios extrativistas ou simplesmente escravocratas – como alguns existentes na América pré-colombiana, tão decantada por alguns idiotas inúteis – pode-se concluir que o papel do “colonialismo capitalista” (ou seja, europeu) foi, ao fim e ao cabo, positivo, em proporções desiguais, provavelmente. Mas a história, sobretudo em sua vertente econômica, nunca é um jogo de soma zero, no qual para que alguns ganhem os outros necessitem perder. Um julgamento ponderado é o mínimo de respeito que podemos exibir em relação a fenômenos tão complexos quanto o colonialismo.

Referências

Almeida, Paulo Roberto: Falácias Acadêmicas; link para o conjunto de artigos: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html>

Bauer, Peter: *Economic Analysis and Policy in Underdeveloped Countries* (Durham, N.C.: Duke University Press, 1957)

_____ : *Dissent on development: studies and debates in development economics* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1971)

_____ : *Equality, the Third World, and Economic Delusion* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981),

Beattie, Alan: *False Economy: A Surprising Economic History of the World* (New York: Viking Press, 2009).

- Cameron, Rondo E.: *A concise economic history of the world : from paleolithic times to the present* (4ª. ed.; New York : Oxford University Press, 2003)
- Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo: *Dependência e desenvolvimento na América Latina; ensaio de interpretação sociológica* (Rio de Janeiro: Zahar, 1970)
- Chomsky, Noam: *American power and the new mandarins* (New York: Pantheon Books, 1969)
- Diamond, Jared: *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas* (9ª ed.: Rio de Janeiro: Record, 2007)
- Easterly, William: *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good* (New York: Penguin Books, 2007).
- _____ : *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2002).
- Engerman, Stanley; Sokoloff, Kenneth, "Factor Endowment, Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies: a view from economic historians of the United States", In: Stephen Haber (Ed.), *How Latin America Fell Behind* (Stanford: Stanford University Press, 1977).
- Frank, André Gunder: *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil* (Harmonsworth: Penguin, 1971)
- Furtado, Celso: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961)
- Ferguson, Niall: *Empire: How Britain Made the Modern World* (London: Allen Lane, 2003)
- _____ : *Colossus: The Price of America's Empire* (New York: Penguin Press, 2004)
- Galeano, Eduardo: *Las venas abiertas de América Latina* (La Habana: Casa de las Américas, 1971; diversas edições brasileiras)
- Heinl, Robert; Heinl, Nancy; Heinl, Michael: *Written in Blood: The History of the Haitian People, 1492-1995* (Lanham, MD.: University Press of America, 1996).
- Lal, Deepak: *The Poverty of 'Development Economics'* (Londres: Institute of Economic Affairs, 1983)
- _____ : *In Praise of Empires* (New York: Plgrave-McMillan, 2004).
- Landes, David S.: *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres* (Rio de Janeiro: Campus, 1996)
- Marseille, Jacques: *Empire colonial et capitalisme français: Histoire d'un divorce* (Paris: Seuil, 1989)
- Prebisch, Raul: *La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo* (Caracas: Sociedad Venezolana de Planificación, 1980)
- Santos, Theotonio dos: *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano* (Santiago: Ediciones Prensa Latinoamericana, 1969)
- Wallerstein, Immanuel: *The modern world-system : capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century* ((New York: Academic Press, 1976).